ANNO 9.º

Sexta-feira, 14 de Abril de 1916

NUMERO 417

O DEMOCRATA

SEMANARIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

DIRECTOR E EDITOR
Arnaldo Ribeiro

—(•)—

Propriedade da Empresa

Oficina de composição, Rua Direita—Impresso na typografia de José da Silva, Praça Luiz de Camões—AVEIRO

Redacção e Administração, Rua Direita, n.º 54

CRISE?!

Poucas vezes temos escrito mais profundamente indignados do que neste momento—indignação que se avoluma e cresce ouvindo bradar, á multidão que passa—Viva a Patria!

Mas esse sentimento não provêm da saudação que essas palavras traduzem. Toda a nossa justificada revolta vem sómente do profundissimo contraste que se estabelece entre o sentimento genuinamente popular, assim manifestado, que na sua intenção, embora rude e inculta, mas sincera e espontanea, vibra como uma só alma pela grandeza da Patria enquanto aqueles que superintendendo aos seus altos destinos, a eles sobrepõem os interesses e compromissos apaixonadamente partidarios nesta hora de angustiosa duvida que, pesada e negra, paira sobre as nossas cabeças.

Quando todo o país saúdando num unisono clamor a constituição do governo nacional que as circunstancias do momento patrioticamente imponham, brotava com esse aplauso a convicção profunda, inabalavel, irredutivel de que, esquecidos todos os programas, afastados todos os compromissos de corrilho, triunfaria em exclusivo a politica nacional, unica que neste momento gráve e ponderado se impõe a todos quantos não se envergonhem de ser portuguêses.

O ministerio actual não é partidario. Não póde ser de democraticos ou de evolucionistas.

Assim não tem cabimento, não póde ser plausivel nem dignamente patriotico que se invoquem compromissos a satisfazer, tomados por uns ou outros dos atuais membros do governo, quando á frente dos seus partidos aceitaram e estabeleceram esses pactos sob sua exclusiva responsabilidade partidaria!

O governo de hoje, é unicamente nacional.

Não póde, pois, senão cumprir tal programa, ligado á execução da grande tarefa da defeza nacional, independente de tudo que não represente o completo e absoluto entendimento entre aqueles que presidem á marcha dos acontecimentos, que envolvem a nacionalidade portuguêsa. Contudo, apezar deste doutrinario principio, unico compativel com a situação, diz-se que ha crise, e que o governo pediu a demissão!

Mas porquê? Porque desgraçadamente se entende nos gabinetes ministeriais que enquanto a nação inteira, de norte a sul, saúda numa vibração unica e grandiosa os nossos queridos soldados, que atravéz das mais dolorosas contingencias desfraldam a bandeira portugueza no coração de Kionga; enquanto o povo ergue os braços como procurando no espaço—quem sabe?—a visão querida dos que cairam para sempre nos areaes ardentes da Africa, em defeza da Patria e pela honra da bandeira nacional, entende-se nos gabinetes ministeriais — diziamos — que primeiro que tudo se deve decidir, sob pena do abandono do poder, se o cretino ditador republicano Pimenta de Castro deve ser reintegrado no exercito e feito comandante de qualquer divisão, assim como o famoso contra-almirante, ministro da ditadura, Xavier de Brito, deve de novo ser levado á contingencia de repetir a infamissima determinação de meter no fundo os navios de guerra, cuja equipagem, em 14 de Maio, apoiou a revolução!

Mas tudo isto que se invoca e tenta defender, com sacrificio da Patria é mais alguma cousa do que uma errada orientação politica, é mais alguma cousa, sem duvida, do que um desacerto irritante dum programa partidario. O que se está fazendo chama-se simplesmente uma traição—traição agravada com a incerteza do momento pezado e desconhecido que envolve todo o país, agravada ainda pelo triste e desgraçado exemplo do mais completo desprezo pelo prestigio das instituições, sacrificado á execução de compromissos que a situação atual não comporta nem o momento que decorre toléra.

Ponhâmos termo pela honra do bom nome português e pela dignidade e patriotismo de quantos se intégram de alma, vida e coração com os destinos desta Patria, augusta e santa, que pelo braço valoroso dos seus filhos levou galhardamente aos confins do mundo a bandeira branca das cruzadas; ponhâmos termo, repetimos, a tão profundamente tristes sintomas de desorientação que — escrevemos com essa fagueira esperança—fazemos votos não chegue a manifestar-se em criminosa e condenavel realidade.

A politica de hoje não é outra, não póde ser outra que não seja a exclusivamente nacional. Se a pódem alterar o desejo, a necessidade mesmo, duma amnistia—ponhâmo-la de parte.

Nada que perturbe, nada que atinja a Patria. Essa acima de tudo—grandiosa, rutilante, imaculada, pura!

Films . . .

Calote aristocratico

Relatam de Lisboa que deu entrada no ministério dos estrangeiros uma reclamação remetida por intermedio do govêrno de Inglaterra contra um debito de 5.000 libras aberto em Londres pelo marquez de Lavradio.

São restos de maior quantia...

Um livro

Alguns jornaes teem aludido ao que aí apareceu com o titulo de *A ordem publica e o 14 de Maio* da lavra do sr. Machado Santos, classificando-o de *torpêsa sem nome*.

Dadas as habilitações literárias do seu autor e a vaidade, que nele é tudo, não só deve ser isso como muito mais que um dia se hade dizer.

Deixem lá agora o despeitado.

Pronto a ficar

Dissémos no ultimo numero que o sr. Brito Camacho, major medico do exercito, se havia apresentado ao serviço no comando da 1.ª divisão militar, dando assim por finda a licença ilimitada no goso da qual se achava não sabemos desde quando. Estava pronto a marchar... Pois agora aparece nos jornais diarios a noticia de que sua ex.ª o chefe da União foi mandado passar á situação de disponibilidade e assim se encontra mais é... pronto a ficar.

Logo vimos.

Surprêsas

Caiu o govêrno! Kionga é nossa!—eis as duas novidades que giraram esta semana com a velocidade do raio, produzindo a primeira uma tão funda sensação que nem todos a acreditavam. E' que realmente cair um govêrno a 25 dias da sua constituição e de mais a mais um govêrno nacional que se propunha tratar unicamente dos interesses do país na hora incerta que ele atravessa, não é coisa que se dê em toda a parte e nas condições que os jornais dizem ter-se declarado a crise.

Por isso a todos esse facto causou surprêsa, não podendo ser os que sinceramente amam, acima de tudo, a Patria, ora afrontada pela pérfida Alemanha, vêr que por simples divergencias sobre a concessão duma amnistia se sacrifique um ministério ao qual estava reservado um delicado papel em face dos acontecimentos, que dum momento para o outro pódem assumir extraordinarias proporções da parte dos nossos dirigentes não houver... juizo e tino.

Ah! que se estes soubéssem o efeito que fazem na provincia estas e outras notas discordantes!...

Mas Kionga é nossa? Honra aos soldados que a arrancaram do dominio teutonico porque esses é que compreendem a alta missão que lhes cabe desempenhar sem receio nem hesitações.

A histería do kaiser

O tenente-coronel Rousset, fazendo vários comentarios ao insucesso dos alemães em frente de Verdun, diz:

E' de notar o aumento de frenesí que atualmente parece impelir os alemães para uma inundação de atentados e de crimes.

Aos assassinatos cometidos pelos seus zeppelins na Inglaterra, juntam o barbaro torpedeamento de um navio-hospital, os bombardeamentos aereos de cidades gregas e suissas, multiplas vexações á America, á Holanda, a todas as nações neutrais.

Mas, como ha ainda neutros, depois desta longa sério de abominações?!

Dir-se-ía que os cerebros tudescos, feridos pela aproximação do castigo, estão dominados pela morbida exasperação que se apodera dos bandidos encurralados e desenvolvem a sua ferocidade até ao paroxismo.

Não sei realmente se o kaiser que, em frente de Verdun, começa a impacientar-se, espera algum beneficio do seu redobramento de histería assassina.

E' um acesso de raiva impotente que acometeu aquele sinistro assolador que só tem vontade de fazer o maior mal possivel, antes de sucumbir.

E não se poder mandar um policia dar-lhe um bôlo de stricnina... quanto antes...

A PESCA NA RIA

PELA LEI E PELA GREI

—(•)—

A ninguem que nos tenha lido conscienciosamente nos nossos tres ultimos numeros, póde restar a menor duvida do que seja o Regulamento da Ria—um regulamento rasgadamente liberal e de fomento da riqueza publica, cujo lêma é, aberto e franco: *Pela lei e pela grei*.

A liberdade de trabalho, ou a liberdade de qualquer conducta do homem, não consiste, numa sociedade culta, em cada um fazer o que muito bem quér e lhe convêm. A' medida que a civilisação progride, o nosso *á vontade* restringe-se e desaparece. Todos nós vêmos isto, nas coisas mais triviais da vida.

Em cada época e em cada logar, segundo a evolução dos costumes, nós sômos obrigados a distinguir o que constitue *liberdade* do que é apenas *licenciosidade*. E será o maior dos contrasensos supôr alguem que póde, num dado momento, entravar ou inverter a lei fatal do progresso humano, á força de prégar a confusão daquelas ideias nitidas: uma, que traduz o direito, a equidade, as conquistas do presente; e a outra, o predominio da força, o abuso, o passado obscuro.

Na nossa ria, o Estado, com a sua policia, com o seu regulamento, **está a moralisar o trabalho**, banindo aquele que se exercia ilicitamente, em contrario das leis gerais e fundamentais do país, em contrario dos principios tecnicos basilares da industria da pesca, e protegendo e desenvolvendo o outro, o legal, o licito, o que conduz á prosperidade, ao bem-estar do proletariado e, consequentemente, ao bem-estar de toda a comunidade.

E este passo, deu-o o Estado com inteira justiça e com magnanimidade, concedendo largas tolerancias aos que eram obrigados a mudar de processos de exploração.

As *redes fixas*, **consentidas por tolerancia apenas**, eram na ria uma ilegalidade e uma afronta ao dominio publico. Tais redes, os *botirões*, constituem mais que tudo e acima de tudo, uma questão de direito, que não uma questão de pesca, pois a pesca é aqui considerada já secundaria.

Pelo Codigo Civil, as aguas salgadas, nas costas, nos portos, nas rias, são publicas, e nelas todos pódem exercer a pesca, sem distinção de pessoas, observados os regulamentos especiais. Ha, é certo, outras leis que permitem a concessão de locais para aparelhos fixos, mas apenas nas costas, sob muitas e varias condições, entre as quais a primeira é *não causar embaraço algum á navegação*. **No interior dos portos, não ha concessões de aparelhos fixos**, ha simplesmente concessões de áreas de terrenos alagados ou espraiados, para estabelecimentos de piscicultura, ostreicultura, etc., porque estas concessões em nada prejudicam a navegação ou o dominio publico, ao passo que os aparelhos fixos, tendo de ser lançados nos talvegues ou canais fundos, vão causar profunda lesão no dito dominio, que, diga-se de passagem, não é dominio do Estado, é do povo, é de todos, é da nação, e essa lesão manifesta-se já como barragem ás correntes de pescaria, açambarcando um só individuo aquilo que tem de ser dividido por muitos, já como obstaculos insuperaveis ao livre transito maritimo.

Demais, cada uma destas concessões exige, por lei, um processo especial, com respectivo auto de vistoria: **só póde ser obtida em hasta publica**, segundo a lei de 3 de fevereiro de 1913; e, por ultimo, **paga**, além do imposto geral, **uma taxa progressiva sobre o seu rendimento liquido.** Lei de 11 de novembro de 1915.

Vêmos pois—e para este ponto pedimos a atenção dos nossos leitores—que os *botirões* nasceram e viveram sempre em manifesta colisão com as leis geraes do país, tendo eles sido apenas uma usurpação no dominio publico e uma extorsão na exploração das pescas interiores. Em boa verdade, e como mostramos á evidencia, os *botirões* deixaram de existir não porque o regulamento atual os puzesse de lado—ainda assim depois de lhes dar mais tres anos de tolerancia—mas simplesmente porque os principios fundamentaes da nossa legislação os não admitem de modo nenhum. E daqui somos levados a concluir, com todo o rigôr, que para que taes rêdes fixas pudéssem hoje estabelecer-se na nossa ria, seria preciso que o Parlamento alterasse toda a legislação antiga, volteasse toda a legislação que ultimamente tem produzido, com acrisolado interesse pela pesca, pelo proletariado e pela economia do país, e formulasse leis especiaes e de excepção em beneficio de uns cértos contra a comunidade em peso.

Só assim.

E será crivel isto? Decerto que não. Quem póde conceber que o Estado, depois de tão carinhosamente se ter ocupado do nosso formoso e rico estuario, o abandonasse agora outra vez á devastação e á confusão? Ninguem que tenha um pouco de senso póde conceber tal coisa.

Ha já cinco anos que os govêrnos aqui dispendem quantias importantissimas. Foram os estudos prévios para o regulamento, a publicação do Relatorio, a compra de tres lanchas automoveis em Italia e o seu custeio e a despesa do combustivel, a manutenção de um avultado numero de marinheiros para a policia, o aumento do pessoal da Capitanía, a creação de postos de fiscalisação em diferentes pontos da ria, etc. E, com isto, ha cinco anos que o trabalho evoluciona, se moralisa, se desenvolve, em inteira compatibilidade com as leis geraes e com os regulamentos tecnicos, que não são mais do que a sinopse dos principios ditados pela sciencia e pelas experiencias scientificamente conduzidas.

Querem que se malbarate tudo isto e que se volte ao cáos? Não, nunca póde ser essa a nossa opinião de sincéros republicanos, e estâmos cértos de que comnosco está toda a gente sensata.

* *
*

Argumentam alguns que ha fome e que se ponham portanto de lado as leis, a ordem, a disciplina industrial. Nada mais erroneo. Ficava então assente que as leis são uma especie de toureiros de inverno, uma brincadeira, só boas para quando não são precisas.

Nada mais dissolvente, nada mais subversivo do que esta teoria absolutamente falsa e criminosa!

Se fome ha, dentro da ordem e da economia, muita mais fome haverá se nos lançarmos na desordem e no desperdicio.

E, sendo a fome por toda a parte, por que não aconselham tambem a postergação de todas as outras leis, de todos os outros principios sociaes que regem a propriedade, as industrias, a exploração e o trabalho em geral?

Ah! nós sabemo-lo bem. A pesca é a industria dos mais pobres, dos mais humildes, dos mais desprotegidos, e sobre estes é que é cair, porque eles nem pódem nem sabem defender-se.

Vir-nos-ão ainda dizer que são os proprios pescadores aqueles por quem pugnam? Isso é uma capciosidade, uma mascara que já caiu ha muito. Nesta luta, que conta meio seculo, pugna-se pelos negociantes da sardinha, pelos fabricantes do sal e pelos negociantes de *escasso*, contra os pobres e simples pescadores que nada mais teem para viver do que a triste rede. E a estes, aos desgraçados pescadores, só o Estado os protege, que mais ninguem—excepção feita dos que teem a coragem de apoiar as leis e os regulamentos, todos generosos, liberais e beneficos pelo que toca ao proletariado, pelo que toca a alimentação publica.

A quem duvidar das nossas asserções, pedimos que leia a petição agora feita pela *beira-mar*, que vem transcrita em vários jornais.

E' *a fome* a pedir um favor, uma tolerancia, um expediente compassivo de ocasião, ou é a altaneira a exigir a reivindicação das regalias antigas e feudais?

Deixâmos a resposta á consciencia e ao criterio de quem fôr lêr esse precioso documento.

Aos nossos leitores pedimos, por ultimo, que façam intimamente estas perguntas:

Deve defender-se a coorte de trabalhadores que teem a pesca por unico modo de vida, ou deve-se permitir que lhes assolem os pesqueiros?

Deve defender-se scientificamente a criação da riqueza alimenticia, ou deixarem-se as fontes de essa riqueza ao desamparo, á mercê da voracidade estioladora dos que, dizendo-se famintos, querem assolar tudo, destruindo as origens da propria subsistencia e da alheia?

Pela nossa parte, defendemos hoje o Regulamento porque ele nos extrema claramente o altruismo e o fomento economico, do egoismo e da devastação, porque o seu lêma é em toda a evidencia egual ao nosso lêma:—*Pela lei e pela grei*.

Kionga

Volta á posse de Portugal este pedaço de territorio que os alemães violentamente tomaram em 1894

Na terça-feira á tarde recebemos da Capitanía este telegrama que logo fizémos afixar para que dele tambem tivésse conhecimento o publico interessado em receber noticias dos acontecimentos que se estão desenrolando:

Kionga foi ontem tomada pelas nossas tropas.

Departamento

Mais tarde soube-se que o sr. Presidente da Republica é que tinha recebido em primeira mão a bôa nova que lhe foi comunicada da Africa Oriental no seguinte despacho:

Comunico a V. Ex.ª que hoje, 10, pelas 11 horas e meia, a coluna de operações ocupou Kionga, lavando a afronta feita pela Alemanha em 1894.

Em V. Ex.ª, como suprêmo magistrado da Republica, o destacamento expedicionario e tropas da provincia felicitam a Patria e a Republica, e com V. Ex.ª gritâmos: Viva a Republica! Viva a Patria! Viva Portugal.

(a) *O comandante do destacamento do Porto Amelia*

Alguns dados que esclarecem a importancia desta acção militar:

No mez de julho de 1894, começaram correndo insistentes boatos de que uma esquadrilha composta de cinco navios de guerra alemães havia entrado na baía de Kionga, desembarcando tropas que ocuparam o territorio que a circunda.

Esses boatos eram, infelizmente, verdadeiros.

Esta baía fica situada entre

a baía de Tungue e a par do rio Rovuma.

A esse tempo havia sobre os territorios adjacentes á baía de Kionga dois tratados firmados com a Alemanha: um reconhecido por todas as nações com o sultão de Zanzibar e que entregára ao protectorado alemão toda a costa para a linha média da baía de Tungue, numa linha perpendicular a ela; outro, em que entrava Portugal, reconhecido egualmente por toda a Europa, pelo qual o limite das influencias alemã e portugueza na costa era o rio Rovuma, que corre ao norte de Kionga.

Além deste tratado, que prendia a Alemanha a Portugal, sucedia que os territorios desde o Rovuma até Tungue tinham sido sempre disputados por Portugal ao sultão de Zanzibar até que, tendo nós ocupado Tungue, este sultão veio a reconhecer os nossos direitos. Nestas condições, não podia ninguem ceder á Alemanha o que não era seu, nem a Alemanha podia reivindicar o que por tratado reconhecera ser nosso e que havia muito ocupavamos.

O acto da Alemanha foi, pois, uma violencia só justificada pela razão do mais forte.

Parece que o regulo de Kionga era, á data daquela ocupação, um arabe pouco escrupuloso, rico, e que, quando era subdito do sultão de Zanzibar, tinha escravos, traficava com escravatura, roubava e fazia toda a série de patifarias que convinham aos seus interesses.

O dominio portuguez fez com que este homem visse cerceadas as suas vantagens, dando em resultado a insurreição contra o governo da metropole.

Tendo-se retirado numa de essas ocasiões para as suas propriedades na margem direita do Rovuma, sem abandonar o seu dominio em Kionga, parece que tramou intrigas junto dos alemães, prometendo-lhes doações e submissão futura, o que deu logar a que se fizesse a intervenção armada por ordem do governo germanico, que se apropriou assim violentamente de um territorio que era nosso.

Foi essa afronta aos nossos direitos que os heroicos soldados portuguezes acabam de lavar, reconquistando a baía de Kionga.

* * *

Esta agradavel noticia da tomada de Kionga relacionase, como se vê, com a que em *á ultima hora* démos no numero anterior, o que prova que alguma coisa se estava passando de anormal na vasta provincia de Moçambique, alguma coisa que não podiamos precisar mas que tinhamos fundadas razões para não pôr em duvida apezar mesmo do desmentido feito pelo sr. ministro das colonias no parlamento quanto aos boatos em circulação.

Felizmente que não aconteceu o que se supunha, cabendo antes ao glorioso exercito português a suprema ventura de se elevar ainda mais perante o mundo que o admira e exalta os seus inegualaveis feitos de armas.

Com isso nos congratulâmos acompanhando os verdadeiros patriotas.

O Democrata, vende-se em Lisboa na *Tabacaria Monaco*, ao Rocio.

A censura

—=(*)=—

Ficou instalada na segunda-feira numa das salas do governo civil a comissão de censura prévia á imprensa, que, como noticiámos no nosso ultimo numero, é composta na séde do distrito e concelho de Aveiro, dos cidadãos José Cristiano Braziel, comandante de infanteria 24, Carlos Alberto da Paixão, major reformado e Belmiro Duarte Silva, capitão reformado, tambem.

Numa reunião a que assistiram os directores de todos os jornais da cidade e proprietarios de tipografias, foi-lhes notificado quais os pontos sobre que se exercerá de preferencia a censura, suprimindo-os, documento que a todos deixou perplexos tal a latitude que abrange e as interpretações a que póde dar logar.

Com franquêsa: chega a ser uma violencia, mas das maiores, coartarem-nos, por exemplo, o direito de reclamar das autoridades providencias em nome do povo para que lhe não falte o alimento indispensavel á vida, como o milho, a batata, o feijão e outros generos de primeira necessidade que deixaram de vir ao mercado por estarem açambarcados, quando é certo que se assim não fôr nada se faz, tão evidente é o abandono, o desprêso, o desleixo a que, por parte de algumas, foi votado o problema da alimentação publica e assim tambem o de referirmos certos casos de somenos, que perigo algum advirá em relatar se se considerasse que, para estimulo, era de manifesta vantagem torna-los bem conhecidos.

Manda, porém, quem póde e por isso a nossa obrigação é obedecer.

E... bico calado...

Por Moçambique

—=(*)=—

Um protesto dos republicanos

Diz o nosso ilustre colega de Lourenço Marques, *A Cidade*, que, de Moçambique, tem recebido várias cartas de protesto contra a reintegração do celebre tenente José Ribeiro Torres no logar de secretario da Capitanía de Macuana.

E depois acrescenta:

O insigne reaccionario, dizem-nos, não se pejava nem se peja de mostrar a sua aversão pela Republica, proclamando aos quatro ventos o seu *odio mortal a tudo quanto cheire a republicano.*

E' o mesmo tenente autor de uma carta que os acasos da sorte levaram ás mãos de um oficial republicano e em que pedia aos seus correligionarios, se não esquecessem dele no *dia glorioso da restauração monarquica*. Monarquico reaccionario, é o tenente Torres que, consta, vai ser reintegrado na Capitanía de Macuana, contra a opinião republicana e liberal de Moçambique. O tenente Torres, cujos actos são demasiadamente conhecidos da população do distrito de Moçambique, informam-nos, referindo-se á opinião republicana a proposito da sua reintegração, que é, repetimos, uma ofensa aos republicanos, dizia muito ufano, sobranceiro e com ares vitoriosos:— **quer queira, quer não, a malandragem ha de me gramar.**

Pois é este cavalheiro que anciosamente esperava a *restauração monarquica* para ser nomeado governador do distrito de Moçambique; inimigo figadal que não perde ocasião de hostilisar a Republica, que essa mesma Republica vai impôr a um povo republicano, absolutamente incompatibilisado com ele. Igualmente nos perguntam o fim da sindicancia que se lhe fez, em que ha depoimentos devéras comprometedores para o tenente realista e que se pretende abafar numa escandalosa protecção ao insigne reaccionario.

A *Cidade* termina por chamar a atenção do sr. Governador Geral da provincia para a afronta que se quer lançar á consciencia liberal daquele distrito, no que a acompanhâmos, lavrando tambem o nosso veemente protesto contra a politica tôrva que nas colonias se está fazendo e que não é nada daquilo que a justiça impõe, se atendermos a que os republicanos teem todo o direito de serem ouvidos quando se trate da escolha de funcionarios para exercerem os cargos da confiança do regimen.

Não seja só exigir-lhes sacrificios sobre sacrificios.

MENSAGEM PATRIOTICA

É ENVIADA PELO MUNICIPIO DE LISBOA ÁS CAMARAS DE TODO O PAÍS

A orgulhosa e perfida Alemanha, violadora de tratados e assassina de povos indefesos, declarou a guerra a Portugal, pretendendo, ao mesmo tempo, lançar desdenhosamente sobre o povo português o estigma de *vassalo de Inglaterra*, por ter sabido conservar-se fiel á fé jurada. A injuria, que o despeito impotente do teutão arremessou a Portugal, resvalou sobre o baluarte do nosso desprezo e desfez-se ante a serena altivez de um povo, que, acima de tudo, colocou o seu amor á liberdade e sempre preferiu a morte com honra á vida com ignominia. Na hora ansiada e tremenda, em que os destinos da raça comum atravessam a crise mais violenta e grâve que a Historia regista, Portugal, que encaneceu na virtude e no sacrificio, na abnegação e no desinteresse, fazendo a jornada dos seculos a semear louros e a colher violetas, modesto e heroico, que talhou para si um lar acanhado e estreito, á face do globo, alargando o mundo para o esplendor ofuscante de uma civilisação, de que a humanidade se desvanece, a terra portuguêsa, ingenua, amoravel e boa, amando o relampago das enxadas e detestando as scintilações dos sabres, estremeceu de indignação, e desde logo repeliu energicamente a afronta germanica, apontando a seus filhos o lugar que o brio e a dignidade nacional ofendidos lhes assinalava, neste combate de gigantes, nesta guerra santa em que o direito ha de triunfar do arbitrio, a justiça dominar e vencer para sempre a iniquidade, a razão sobrepujar o resplandecer eternamente sobre a força e a liberdade reconquistar o terreno que lhe usurpou, por momentos, o despotismo teutonico. A raiva do colosso não apavorou a alma portuguêsa. Se possivel fôsse, toda a nação esqueceria o insulto, só para se lembrar que dela resultou o poder desassombradamente testemunhar toda a sua simpatia, toda a sua fé na vitoria dos aliados, contribuindo tambem para ela com todo o seu esforço com a audacia, a decisão e o esperançado entusiasmo, com que outr'ora se aventurou ao tenebroso, em busca de imortalidade e gloria. Era esse o seu caminho, nada o desviou dele. Quem uma vez batalhou, dominou e venceu a tirania dos elementos, realizando a façanha mais prodigiosa da historia da humanidade, não podia deixar de estar hoje ao lado dos que combatem a tirania de um povo, que, na preamar da sua avidez e da sua cubiça, é oceano que só conhece tempestades, mar encapelado e tragico, que só produz ruina, desolução e morte. A Alemanha, que transformou os sabios em algozes, que pôz a sciencia ao serviço da carnificina e do massacre, era o inimigo de todos os povos.

Contra a furia teutonica, não se levanta apenas em nós a razão suprema da tradição e do passado, que nos leva a amar, sobretudo, a independencia e a honra de todas as Patrias. Desde o primeiro instante desta luta espantosa, da aguia revelada chacal, o povo viu claramente que o triunfo da Alemanha era pelo menos a mutilação irremediavel do solo patrio, a perda irremissivel do seu glorioso dominio colonial. Nem a dementada Germania lhe ocultou o seu traiçoeiro designio. Soldados portuguêses, massacrados pelas hostes barbaras da Alemanha, regam com o sangue aquela terra que é o seu orgulho e expiram levando no olhar velado a visão querida do lar distante, onde deixaram as mães e as noivas. O Cuangar e Naulila são invocações que enlutam a alma da Patria. E' a propria Alemanha que justifica e ateia o odio que o instinto admiravel do povo português sente crescer no fundo da sua alma. Se alguma duvida lhe restasse, quanto ás ambições germanicas, essa duvida teria desaparecido com o traiçoeiro ataque. O receio, a principio vago talvez, transformou-se numa nitida, clara e esmagadora certeza do perigo; e Portugal viu então que as colonias ainda eram portuguêsas porque lá tremulava a bandeira verde rubra, mas que o deixariam de ser no dia em que a vitoria premiasse a felonia e a traição. Portugal está hoje em guerra com a Alemanha, que assassinou soldados portuguêses, que afundou navios mercantes, sulcando os mares com a bandeira portuguêsa. Os peitos que a dôr oprimia reclamando vingança pódem já respirar livremente e, aconchegados uns aos outros constituir a muralha solida e impenetravel, que defende a integridade do lar e a honra da nacionalidade. Portugal revive nesta angustia que lhe oferece um porvir radiante e o municipio de Lisboa que sabe bem que todos os municipios do país são verdadeiros templos civicos, onde o culto da patria se revigora e a oração sagrada da terra mãe se afervora e purifica á chama dignificadora dos maiores sacrificios, a todos eles estende os braços, num amplexo de solidariedade para lhes afirmar a sua convicção que, de um extremo ao outro de Portugal, a velha congregação dos *homens bons*, hoje como sempre hade honrar as tradições gloriosas do passado, transmitindo á alma popular toda a sua fé nos destinos da Patria, glorificada pela abnegação, pelo heroismo e pelo fulgor imarcessivel da Republica.

Viva a Patria!

Viva a Republica!

Paços do Concelho de Lisboa, 7 de Abril de 1916.

O presidente da Comissão Executiva

(a) **Levi Marques da Costa**

QUESTÃO COMERCIAL

Após quatro dias de audiencia, terminou o julgamento de uma importante questão comercial em que era autor o nosso amigo Antonio da Maia, socio gerente da firma comercial *Maia Martins & Com.ta, Suc.*, da nossa praça, e réus os srs. Manuel de Almeida Teixeira e João Martins Cristão. A prova feita por aquele foi esmagadora, ficando completamente demonstrada a má fé dos arguidos, que num balanço dado para se desligarem da firma de que eram tambem socios, erraram várias sómas e não incluiram letras a pagar no valôr aproximado de mil escudos.

Os réus, como unico recurso, trouxeram testemunhas, algumas delas sem a mais leve cotação, que não tiveram repugnancia de pretender enxovalhar o queixoso, atribuindo-lhe com o maior descaro o proposito de responsabilidades que lhe não cabiam, como aquela que originou a sua saída da Companhia do petróleo, de que foi director.

Ainda que tudo aproveitado pelo advogado dos réus, Barbosa de Magalhães, todo o seu trabalho foi duma flagrante pobreza de engenho e de recursos, não passando despercebido a quantos assistiram á infelicissima exibição do democratico causidico que o advogado do autor, sr. dr. Cherubim Guimarães, vantajosa e superiormente excedeu em argumentos, em oração e o seu antagonista.

A resolução do juri foi por unanimidade favoravel ao sr. Antonio da Maia, a quem por isso felicitâmos.

Ainda ha nesta terra quem faça justiça.

ESPECTACULO

Promovido por um grupo de normalistas da escola desta cidade, realisou-se ontem o anunciado sarau dramaticomusical em beneficio da Cruz Vermelha Portuguêsa, havendo-se revelado nas quatro partes de que ele se compoz algumas aptidões, que o publico distinguiu aplaudindo os principais interpretes que entraram em scena.

A casa estava completamente cheia e ornamentada, tendo o grupo sido apresentado brilhantemente pelo aluno do 3.º ano, Deniz Pires da Silva.

Julgamentos

Estão marcados para os dias 26 do corrente e 22 de Maio os dos nossos amigos Henrique de Brito e Joaquim Batista que tomaram a responsabilidade de dois artigos insertos neste jornal, um referente aos *panneaux* da estação com os retratos de duas individualidades que nada teem de comum entre si, outro em que o padre Pato é visado a proposito dos constantes atentados de que tem saído incolume, sem duvida devido ás imensas *simpatias* que o cércam na freguezia das Aradas pela fórma como a pastoreia.

São dois julgamentos que devem chamar ao tribunal numeroso publico atento o interesse que as questões que déram origem aos processos tem nele despertado.

Serviço de administração

CONGO BELGA

Levâmos ao conhecimento dos nossos presados assinantes desta região que se acham na posse do sr. Julio Diniz, residente em Bôma, casa Vale & C.ª, todos os recibos do *Democrata* **que obsequiosamente se encarrega de cobrar, e por isso esperamos que todos lhe enviem as importancias neles expressas assim que, pelo correio, recebam o competente aviso.**

Desde já os nossos agradecimentos.

MANAUS

Tambem o nosso amigo sr. Antonio Dias Pereira possue já os recibos dos assinantes de Manaus (E. U. do Brazil) a quem pedimos o favor de lhos satisfazerem logo que sejam apresentados afim de lhe evitarem quanto possivel massadas e perda de tempo.

Notas mundanas

Deu á luz uma creança do sexo feminino a esposa do sr. Antonio Maria de Andrade Sampaio, muito digno escrivão de direito na comarca de Vagos.

Com quanto o estado da parturiente chegasse a inspirar alguns cuidados, sabemo-la já livre de perigo pelo que felicitâmos os pais da recem-nascida desejando-lhe as maiores venturas.

✚ *Com uma galante filha do negociante desta praça, sr. José Augusto Ferreira, consorciou-se no domingo o sr. Eduardo Vieira dos Santos, empregado do comercio, natural de Leça do Balio.*

Paranimfaram os pais da noiva e a sr.ª D. Maria Emilia Vieira Neves Maia e Aureliano de Oliveira Maia, moradores nas proximidades do Porto, para onde os noivos partiram após o acto nupcial.

Uma eterna lua de mel lhes desejâmos.

✚ *De visita á casa paterna está nesta cidade acompanhado de sua esposa, o sr. Manuel Monteiro Bonifacio.*

✚ *Por ter sido colocado em Vizeu, regressou da Ilha do Pico (Açores), acompanhado de sua esposa, o sr. Octavio de Pinho, muito digno fiscal dos impostos, a quem cumprimentâmos.*

✚ *Com sua esposa e filhos regressou de Mafra o brioso 1.º sargento de infanteria 24, sr. Celestino Baptista da Silva.*

✚ *Faz hoje 32 anos o sr. Firmino Picado que, para os comemorar, oferece um five óclock tea a alguns dos seus mais intimos amigos.*

✚ *No domingo ultimo deu á luz uma menina, a esposa do nosso amigo Amadeu Tavares Pinto, empregado na estação telegrafica do Porto.*

Muitos parabens.

PELA IMPRENSA

Completaram um novo ano de existencia os nossos colégas *O Porvir*, denodado defensor da causa republicana em Beja e o *Jornal de Estarreja*, folha independente.

Os nossos parabens.

= Iniciou a sua publicação no Porto um quinzenario literário, scientifico e pedagogico, orgão dos normalistas daquéla cidade, tendo-nos sido enviado o primeiro numero, que agradecemos.

Intitula-se *O Porvir*.

Um pedido

—=(*)=—

Escrevem-nos:

Tenho acompanhado com a maxima atenção tudo quanto o *Democrata* vem escrevendo sobre a pesca na ria de Aveiro, cujo assunto me interessa, e de aí o desejo que tenho de possuir um exemplar do Relatorio que sobre ele foi publicado e distribuido pela imprensa e professorado. Poderá V. conseguir-mo? Creia que muito me obsequiará, etc., etc.

Não tendo duvida em satisfazer o desejo do antigo assinante que se nos dirige é do nosso dever deixar aqui expresso ao sr. capitão do porto o reconhecimento deste jornal não só pela prontidão com que acolheu a solicitação de mais um exemplar do Relatorio para o expedir ao velho amigo que nele faz empenho, mas tambem o seu oferecimento até ao numero de 50 caso outros pedidos tenhâmos no mesmo sentido.

Muito obrigados.

Nova carta

—=(*)=—

... Sr. Director

O realejo logico do *Distrito de Aveiro* prosegue na toada narcótica contra a regulamentação da pesca na ria de Aveiro. Eu não queria voltar a contrariar as afirmativas do meu ex-discipulo, mas ele, que me pareceu sinceramente infeliz no penultimo artigo, revelou-se no ultimo algo trapalhão, e isto faz-me umas cócegas...

Diz ele que não levantará mão do assunto enquanto não forem satisfeitas as reclamações justas dos pescadores e moliceiros, que pedem a *suspensão* do regulamento da ria. Temos céga-réga para muito tempo, desconfio, porque essa *justa suspensão* não chega, pelos modos, antes dos peixes alcançarem o *intuito* preciso para não se embairem com a *logica* do meu querido discipulo, que —*pobrecito!*— se desmancha a cada passo na furia vertiginosa do ataque. Veja o que ele diz: *E' o regulamento actual, que tem disposições em excesso rigorosas, que urge modificar, segundo a opinião geral...*

Acolá é toda a gente que reclama a *suspensão*, aqui é a opinião geral que pede a *modificação*.

Coitadito! Como ha-de ele saber o que diz se não sabe o que quer dizer?

Creio que o seu alvo inatingivel é demonstrar que o açoriamento da ria é a *unica causa* do desaparecimento de especies e *individuos da fauna que outrora a povoavam*, e para isso transcreveu uns periodos do Relatorio. Cheirou-me primeiro a disparate e depois que fui lêr a passagem, logo percebi a manha. Disparate, é dizer *especies e individuos*, porque, desaparecida a especie, estão desaparecidos os individuos dessa especie; mas se queria referir-se a individuos doutras especies então pergunto-lhe se os individuos que ele tem comido tambem desapareceram pelo açoriamento... do estomago. Assim concordo.

A manha está aqui:

O capitulo IV do Relatorio, pag. 95 e seg., que trata das *causas de decadencia*, logo no principio diz: *A primeira é a pesca intensiva exercida tanto nos mares proximos da costa como no interior deste largo estuário............ A devastação intensiva feita constantemente nos fundos da ria é a principal causa da sua pobreza.*

E a pag. 98:

A pesca intensiva e desordenada que se exerce na ria não póde deixar de ser a **principal causa da decadencia** *em que se encontra a fauna......*

E a pag. 100:

O consideravel numero de milhões de individuos em que a fauna é defraudada em todas as épocas da sua renovação dentro da ria, constitue... a sua ruina progressiva.

E o que se segue sobre a apanha das criações? Tudo isso não é nitido, evidente, insofismavel? Para que vem então o meu *relógico* discipulo com um periodo sobre as causas do desaparecimento dos bancos ostreiros, periodo que não transcreveu com lealdade porque lhe trocou a palavra *intensiva*, que se lê no Relatorio, pela *interior* que é bem diferente, querer demonstrar que o açoriamento é a *unica* causa do empobrecimento do estuário? Que as alterações do fundo, da temperatura, da salinidade, *são consequencias logicas* desse açoriamento? O Ramalho a isso diria que nós não tinhamos culpa de ele gostar de comer o seu espargo em crú...

Nada mais logico. Nada mais infusório. Nada mais pirotécnico. São palavras que fazem aqui o mesmo sentido do logico.

O açoriamento, eis a questão. Destruir as criações, arrancar o moliço até á ultima raiz, apanhar todo o peixe para que nenhum vá cair nas redes dos hespanhois, tudo é bom, tudo é logico!

A'manhã, da branca espuma das ondas nascerão novos cardumes, assim como Venus e Flora, derramando na ria a inexgotavel cornocópia, fará renascer o verde prado sub-aquatico. Os dos *botirões* e os da malha miúda colherão dessa prodigiosa abundancia, a grande cópia e deixarão o resto para o men generoso discipulo distribuir pelos desprotegidos por quem clama.

E ponto, sr. director; o realejo promete continuar, eu taparei os ouvidos para o não escutar e para não abusar da delicada benevolencia com que v. me atura.

Demo

P. S. O *Progresso* deu-me ouvidos. Quer fazer gosto ao dedo, mas eu *áquilo* não respondo. Para ensinar já cá tenho o meu menino...

D.

TOURADA

Como dissémos sempre têve logar a nova edição da *brilhante* tourada, havida no penultimo domingo.

Desta vez, porém, tomaram parte na festa vários individuos frugiveros, a quem foram distribuidos alguns pinhões, e em tal abundancia que tivéram de ir até ao hospital afim de regularem a... digestão.

Sempre nos atrevemos a perguntar se por acaso esperam uma desgraça a valer para depois se proíbir aqueles *divertimentos* em tão perigosas circunstancias.

Pela Patria!

Grandiosa manifestação do povo aveirense

A tomada de Kionga, na Africa Oriental, aos alemães, deu logar a que nesta cidade se produzisse na ultima quarta-feira uma das maiores manifestações patrioticas a que temos assistido e na qual se póde dizer que tomaram parte representantes de todas as camadas sociaes.

Eram 21 horas perfixas quando em frente ao antigo *Centro Escolar Republicano*, á rua do Cáes, se organisou o cortejo iluminado a archotes, indo á frente da musica do Asilo-Escola a Academia com o seu rico pendão de séda verde, e cujos membros soltavam a cada passo retumbantes vivas á Patria, aos herois de Kionga, ao exercito, á marinha, ás nações aliadas, á Republica, entusiasticamente correspondidos.

Faziam-se ouvir os acordes da *Portuguêsa*, e uma vez chegados os manifestantes em frente ao quartel de infanteria 24 ali se trocaram as mais calorosas saudações entre o povo e o exercito, sendo na presença deste vitoriados com palmas e vivas os camaradas que além-mar honraram o nome da Patria, reconquistando o que violentamente ha 22 anos nos fôra extorquido.

Posto de novo o cortejo em marcha, agora acressentado com a banda regimental e muitos militares que a ele se agregaram, encaminhou-se para o quartel de cavalaria 8, em Sá, tendo-se ao alto da Rua de José Estevam juntado tambem a banda dos Bombeiros Voluntarios, que andava na rua, o que contribuiu para engrossar ainda mais a extensa fila de manifestantes. Os acordes da *Portugueza* e da *Marselheza*, que o povo acompanha em côro, erguem-se no espaço, ininterruptamente, até que chegados em frente ao quartel uma estrepitosa salva de palmas revoa, unisona, fremente, palpitante, calorosa como que a comunicar á guarnição de Aveiro quanta fé, quanta esperança nela depositam os seus filhos neste momento de extrema gravidade para a Patria, em que tambem estão em jogo os seus destinos, que é preciso defender ainda que para isso tenham de ser feitos os maiores sacrificios.

Na pessoa do aspirante Alvaro Robí, que a uma das sacadas saudou a Patria, a quem dois irmãos, como ele militares, déram já a propria vida, foi de novo vitoriado o exercito portuguêś, recolhendo o brioso cavalaria, intimamente comovido, as manifestações com que o povo o distinguiu por nele reconhecer um lidimo representante duma familia abnegadamente patriota.

Retrocedendo, veio o cortejo de novo á séde do *Centro Escolar Republicano*, onde o secretario geral do governo civil, sr. dr. Mélo Freitas falou, pondo em relevo o valor das nossas tropas quando chamadas a intervir em defêsa da Patria. Em frente ao *Centro Evolucionista* houve tambem quentes e repetidas aclamações, que foram agradecidas da varanda pelo ilustre advogado, dr. André dos Reis, o mesmo acontecendo defronte da casa habitada pelo digno comandante militar, sr. José Cristiano Braziel, na Rua 5 de Outubro, de cuja janela sua ex.ª fez um sentido e patriotico discurso, freneticamente aplaudido pela multidão.

Esta, assim como as tres bandas de musica que a acompanhavam, dirigiu-se ainda á Capitania do porto a saudar a Armada Portuguêsa, indo depois dispersar na Praça da Republica, junto ao monumento do paladino da liberdade, José Estevam Coelho de Magalhães, onde se extinguiram os ultimos écos da *Portuguêsa* e as nações aliadas, e os povos que, como a Servia, a Belgica e o Montenegro, fôram vitimas das investidas teutonicas, receberam a consagração a que lhes dá direito a luta em que todos andâmos empenhados, contra a prepotencia, o crime e o furor da Alemanha.

Viva Kionga portuguêsa! Vivam os herois da sua reconquista!

Pedimos aos nossos assignantes que nos avisem sempre que mudem de residencia afim de que o jornal se não extravie e portanto o não deixem de receber.

A questão da pesca

e as opiniões da "boa imprensa,, orientadora de quem a lê

Ignobil chantage!

Momento gráve

Vimos aqui reclamando ha muito que se abram ao pescador as portas da ria, que se acuda á sua má situação de todos facultando-lhe neste momento gráve da vida nacional o trabalho indispensavel á subsistencia. Parece, não se diga um proposito, mas uma má compreensão das amargas dôres com que cada um se avém na luta atual pela existencia, o que se passa sobre este momentoso assunto.

Por que ha de manter-se integro neste momento dificil para todos, um regulamento **contra quem brada, mais alto do que todas as erradas teorias que o defendem**, a voz da desgraça e o clamor geral da fome?

Não se compreende a insistencia no agravo, **porque é um agravo a manutenção da coação que se exerce na ria por virtude desse regulamento insuportavel.**

O comercio vai cerrar, inteiro, num dia proximo, as suas portas. E' uma medida de protesto legal contra o que se passa e **está absolutamente fóra de todas as normas da humanidade e da justiça**, mas que maiores e mais grâves transtornos vem acarretar ainda.

Chamâmos a atenção do governo e especialmente dos srs. ministro da marinha, governador civil e deputados da região para este estado de coisas, pois a todos corre o dever de atendê-lo sem delongas, que todas são prejudiciais.

Faculte-se desdejá o livre exercicio da pesca, ou tudo emigrará daí, uns porque não teem trabalho de que lançar mão, outros porque não teem de que alimentar-se, todos por este mal estar geral que se sente e se traduz em factos incontroversos, e cada um para fugir aos horrores da mizeria em prespectiva.

(Campeão das Provincias, 1916)

Contra a devastação

Vai produsindo salutar efeito o edital da capitania do porto datado de 28 de abril. Apesar de avisados por ele e das admoestações particulares, supunham alguns pescadores que nenhum procedimento haveria contra eles e proseguiriam dessentos **na sua obra de devastação.** Já se vê que não pescavam para o consumo, mas para venderem por 10 reis de mel coado as suas pescarias, **que nem sequer eram comestiveis.** Ia tudo para as piscinas particulares ou para *escasso*, isto é, para estrumar terras depois dos peixes e caranguejos estarem em putrefacção.

....

A policia da ria vai-se fazendo, louvores a Deus, e já algumas rêdes teem sido apreendidas aos infratores do regulamento de pesca, **cuja observancia solicitâmos em nome das conveniencias publicas locais.** A um bronco explorador das aguas interiores foi apreendido um enxalavar cheio de enguias de seis centimetros! Vejam que esbanjamento o do lorpa que agarrava toda aquela riqueza para a vender por alguns vintens aos *escasseiros*, que depois de fomentada a negoceiam como adubo! As enguias contidas no enxalavar produziriam em tempo oportuno dezenas de mil reis. Tendo apenas seis centimetros só obteriam alguns magros tostões.

Numa bateira que ha dias atracou ao cais de S. Gonçalo viam-se miriades de lampreias, de cinco a seis centimetros destinadas tambem para *escasso*. Uma selvageria sem nome. Uma repugnante devastação, que estava de ha muito pedindo castigo. Ninguem ignora que a lampreia vem desovar nos rios, e a que escapa, depois de cobrar fôlego recolhe-se ao mar, para no ano seguinte voltar ao ponto da partida. **Pois estes tugs matavam toda a criação,** dando em resultado serem muito raras as lampreias que entravam a barra e que vinham procurar as aguas dôces do Vouga ou do Antuã para depositarem os ovolos. Daí o tornar-se rarissimo este saboroso peixe e o vender-se por 1$700 e 2$000 cada um, quando em outros tempos custava apenas 240, 360 a o maior 400 reis.

Calculem-se por aqui os efeitos da devastação tanto na economia particular como nos réditos publicos. E o que nos admira é que os guardas do pescado consintam na exposição á venda de peixes que só para estrume pódem ter procura. E desta falta de compreensão **tem resultado empobrecer-se cada vez mais a ria de Aveiro e faltar muitas vezes peixe no mercado para consumo publico.**

(Campeão das Provincias, 1900)

LÁMPREIAS

Tem aparecido nos ultimos dias grande abundancia deste saboroso e apreciado peixe no mercado, vendendo-se por preço relativamente barato.

Para variar, já que não aparece sardinha, está mesmo na conta...

BOA PIADA

No discurso proferido pelo dr. Cherubim do Vale Guimarães, na questão comercial a que noutra parte aludimos, entre outras cousas disse aquele advogado que: «José Estevam nunca fôra ministro, apezar da pujança do seu talento e da grandeza dos seus méritos. Hoje qualquer atinge as cadeiras ministeriais, ao contrario doutros tempos, que tais logares não se davam a quem quer que fôsse.»

Assim é, de facto. Tristemente temos de o confessar.

Acto de justiça

Por ter atingido 25 anos de serviço foi elevado á primeira classe dos escrivães da capitania o sr. Julio Maria dos Santos Freire, pelo que o felicitâmos, estimando que nesta categoría desempenhe o logar por tempos indefinidos.

Necrologia

Após longos anos de sofrimento finou-se no domingo nesta cidade o sr. Luiz dos Reis, artista sapateiro, a quem a tuberculose havia arredado do trabalho donde tirava os recursos para sustento dos seus.

Passou muitas privações se bem que a Caridade dos que o sabiam doente e impossibilitado de ganhar o pão de cada dia nunca o desamparasse.

Paz á sua alma.

=Tambem deixou de existir, vitima da mesma molestia, uma filha de 14 anos do falecido mestre de obras, Manuel Augusto da Silva, pelo que enviâmos a seu tio, sr. Antonio Augusto da Silva e de mais familia o nosso cartão de condolencias.

A registar

—=(*)=—

Na *Capital* primeiro e depois noutros jornaes apareceu estampada a seguinte carta endereçada por um correligionario do sr. Brito Camacho ao chefe da União Republicana:

Lisboa, 16 de março de 1916

—Ex.mo sr. dr. Brito Camacho e meu presado amigo—Constituiu-se um governo nacional onde não ha representantes da União Republicana. Não compreendo. Que os monarquicos da especie *politicante*, esse bando de vaidosos e mandriões que matam o tempo nos salões e á porta das tabacarias inventando e propagando calunias contra a Republica não quizéssem ter representante no governo nacional, é perfeitamente logico. O seu egoismo feroz e a sua acanhada inteligencia não os deixa vêr mais longe do que as bordas da gamela que em 5 de Outubro lhe retiraram de deante da boca. Na preferencia entre as colonias portuguesas (cuja perda seria inevitavel se vencesse a Alemanha) e uma côrte de rei Bobeche, onde lhes está prometido um lugar de archeiro com a competente mesada e libré, não hesitam, os lacaios! Mas que um partido de republicanos autenticos e verdadeiros, republicanos de espirito e coração, um partido que repetidas vezes tem afirmado que é um partido de governo, neste momento solenissimo da nossa historia, recuse associar-se ás tremendas responsabilidades do governo, com razões de politica interna (carta de 10 do corrente ao sr. presidente da Republica, publicada hoje na *Luta*), razões que não passam, por mais sensatas e valiosas que sejam, de minucias insignificantes perante a grandeza do problema da politica externa, é que não compreendo. Pois houve possibilidade de acôrdo entre as duas correntes tão afastadas dos democraticos e evolucionistas, e não a podia haver para os unionistas? Ninguem me fará admitir que não eram possiveis todas as transigencias nos antagonismos entre portuguezes e republicanos perante o inimigo estrangeiro e cesarista. Tal situação da União Republicana não

a compreende a pouca inteligencía deste seu velho amigo, que primeiro que tudo é português, depois é republicano e só em ultimo logar era unionista. Quando podesse haver antagonismo entre a primeira e a segunda qualidade (o que não creio possivel) não hesitaria em ser bom português com prejuizo de ser republicano, màs tambem na actual situação não hesito em despedir me da União, porque a julgo obceca-da, antepondo ao magno problema em que se vão jogar os mais sagrados interesses da Patria questões de politica interna que terão novamente a sua oportunidade depois de assinada a paz. Por estas breves considerações v. ex.ª compreenderá, meu caro amigo, que me desligo da União Republicana. Resta-me agradecer-lhe e aos meus ex-correligionarios a extrema benevolencia com que me trataram. Devo-lhes a grande honra de me elegerem pela minoria para a vereação da cidade de Lisboa. E' com a maior gratidão que sempre me lembrarei de honra tão imerecida. De v. ex.ª por quem a minha amizade e profunda estíma pessoal nada diminuem por esta divergencia no ponto de vista politico, continuarei a assinar-me amigo certo e velho admirador

Fernando Brederode

P. S. Suponho que nunca terei de publicar esta carta, mas em todo o caso reservo-me esse direito que igualmente a v. ex.ª pertence.

Que pena não se poder organisar um exercito dos enojados com tudo quanto se vem passando á roda da politica interna! Quer-nos parecer que sería o mais numeroso e aquele onde se encontraríam mais republicanos.

"História da Guerra Europeia,,

O tomo n.º 21, que temos presente, alêm de uma linda capa a côres, de optimo efeito, insere o Diàrio da Guerra, de 21 de junho a 10 de julho e as seguintes gravuras: Assalto dos inglêses a uma trincheira alemã, arremessando bombas de mão; maquina de tracção empregada pelos inglêses para transportar os seus grandes canhões; catedral de Metz e ponte sobre o rio Moseta; o que resta de uma das melhores ruas da povoação de Clermont (Argone) depois do bombardeio alemão.

Não se póde exigir mais, e é muito de louvar a iniciativa da casa editora, pondo assim ao alcance de todas as bolsas uma obra ilustrada, interessante, educativa e de flagrante actualidade.

Cada tomo de 32 páginas—5 centavos.

Pedidos á *Tipografia Gonçalves*, 12, rua do Mundo, 14—Lisboa.

CORRESPONDENCIAS

Alquerubim, 10

No dia 8 do corrente, tocou o sino a rebate e juntou-se muito povo, que impediu a saída de milho que devia ser vendido ontem na praça de Albergaria, onde só apareceram duas medidas de vinte litros daquele cereal.

O povo juntou-se, foi ás casas onde já estava ensacado o milho, que levou para a casa da escola do sexo masculino, afim de ser distribuido pelos pobres, a $90 cada vinte litros na presença dos srs. regedor e vice-presidente da Junta de Paroquia. Ontem esperavam-se tumultos, mas nada houve de anormal. O povo não quer que o milho aqui produzido seja vendido para fóra da freguezia.

C.

Ultima hora

—(•)—

A situação politica

O MINISTERIO FICA

Lisboa, 13

Depois duma larga conferencia dos srs. Antonio José de Almeida e Afonso Costa com o Chefe do Estado no Paço de Belem, ficou definitivamente combinado os termos em que a proposta de lei da amnistia será apresentada ámanhã ao Parlamento e de al sanada está a crise ministerial em que se falava e que nem chegou a ser oficialmente declarada.

Esta noticia, que correu veloz por toda a cidade, encheu de contentamento a sua população, fazendo-se éco os jornais da noite do regosijo que lavra perante a noticia da continuação no poder do atual governo, tal como foi constituido.

A proposta da amnistia, conforme a deseja o sr. dr. Antonio José de Almeida, será apresentada ámanhã, como disse, ao Parlamento e aprovada, com urgencia, nas duas câmaras.

Embora ela não seja completa, é, no entretanto, bastante ampla.

Dos monarquicos consta que não serão atingidos Paiva Couceiro, Azevedo Coutinho, João de Almeida e padre Domingos. Aos membros do govêrno Pimenta de Castro serão, depois de entrarem no paiz, dadas as comissões de serviço que o govêrno entender, á excepção de Xavier de Brito que não é provavel que volte ao logar que exercia antes de ser ministro.

Como devem calcular, a solução da crise por esta fórma provocou enormes surprêsas, pois já contavam os pescadores de *aguas turvas* que ficasse organisado um gabinete *democratico-nacional*, o que seria um desastre na presente ocasião para o partido de que é chefe o iminente estadista dr. Afonso Costa.

Ha todas as probabilidades de ainda hoje ser levada a efeito uma grande manifestação aos chefes dos dois partidos que tão patrioticamente déram á crise a unica solução que podia ter na atual conjuntura.

O país deve exultar e com justificada razão.

C.